

Resenha do livro *A praga* (Castro, 2017)

Book review “*A praga*” (Castro, 2017)

Edivaldo Rafael de Souza

Licenciado em História pelo Centro Universitário de Patos de Minas – UNIPAM.

E-mail: edivaldorafael007@gmail.com

CASTRO, Manuela. *A praga*. São Paulo: Geração Editorial, 2017.

A jornalista, apresentadora e repórter Manuela Castro é a autora do livro *A praga*, publicado no ano de 2017 pela editora Geração. A obra possui vinte e cinco capítulos, nos quais a autora discorre sobre os Leprosários brasileiros, que eram os locais em que se abrigavam milhares de pessoas acometidas pela Hanseníase na época chamada de Lepra.

O livro é iniciado com um comentário a respeito das mais de 10.000 pessoas que estiveram internadas em Leprosários e que ainda estão vivas. Dessa forma, a autora tece algumas trajetórias de vida de pessoas que ela localizou e entrevistou durante a sua pesquisa, sendo uma delas uma senhora chamada Conceição, que foi internada na Colônia de Santa Isabel no ano de 1959. A história de vida de Conceição é muito triste, uma vez que, durante sua internação, ela acabou sendo privada de ter contato com seus seis filhos.

A autora faz uma breve revisão histórica sobre o surgimento da Lepra, bem como os seus desdobramentos. A jornalista começa esclarecendo que essa doença já se encontrava descrita na Bíblia. A saber, um santo da Igreja Católica Apostólica Romana era leproso: São Lázaro. Conseqüente, ela relata que, durante a Idade Média, até mesmo reis e príncipes foram acometidos dessa doença. A esse respeito, sobre a Lepra no Brasil, Manuela fala sobre as primeiras colônias construídas, lugares estes para onde os doentes iam após serem diagnosticados com a doença. De acordo com Castro (2017, p. 169), “no Brasil, os primeiros casos de lepra são do século XVII, no Rio. (...) O primeiro lugar pensado para abrigar os leprosos foi um asilo no Recife, em 1714”. A autora destaca, também, a Colônia de Santa Isabel, localizada na cidade mineira de Betim, que foi inaugurada no ano de 1931 e que chegou a abrigar mais de 5.000 internos. No livro, encontram-se várias fotos da construção da colônia.

Dentro das colônias, de acordo com a jornalista, os internos eram obrigados a trabalhar e, se recusassem seus trabalhos, eram presos. Além disso, a maioria dos funcionários dos leprosários era paciente, já que a doença era contagiosa. Esses locais acabavam se tornando verdadeiras cidades de leprosos; com isso, há relatos de times de futebol, concursos de misses, teatro, cinema, enfim... havia toda uma relação social dentro desses lugares.

Posteriormente, a produção artística de vários internos também é destacada pela jornalista, abrindo, assim, espaço para um debate em torno do Mestre Aleijadinho que, para muitos, tinha lepra. Várias pessoas contestam essa informação, no entanto,

“[e]studos da equipe do hansenologista Geraldo Barroso de Carvalho, da Faculdade de Medicina de Barbacena (MG), concluíram que Aleijadinho padecia de hanseníase, mas também de porfiria, uma doença incomum” (p. 77).

Nesse íterim, narra-se sobre a polícia sanitária, que era formada por profissionais da área da saúde. Estes “colhiam”, nas ruas, pessoas suspeitas de serem leprosas e encaminhavam-nas para realizar o exame; caso ficasse constatada a doença, o indivíduo era levado para o isolamento com a justificativa de se obter tratamento. Isso acontecia de forma corriqueira e, “[s]e houvesse resistência, o paciente seguia na marra. Até crianças eram recolhidas pela polícia sanitária e algumas delas nunca mais veriam os pais” (p. 83).

A jornalista descreve detalhadamente como era o convívio entre os pacientes e o corpo médico das instituições à medida que vai relatando a história de vida de alguns ex-internos, os quais ficaram isolados em Colônias em Minas Gerais e também no Pará, mas tiveram suas memórias e também as suas experiências dissertadas pela autora.

Em determinada parte do livro, são relatados alguns casos de pessoas que, mesmo na atualidade, possuem hanseníase; descrevendo quais os sintomas da doença e também o tratamento que é enfrentado pelos doentes. Dentro desse quadro de contemporaneidade, são divulgadas várias pesquisas que informam sobre a quantidade de casos que foram registrados no Brasil durante o ano de 2014. Além disso, encontram-se no livro dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), que trazem o Brasil como o segundo país do ranking mundial com mais números de casos de hanseníase, perdendo apenas para a Índia.

Na sequência, a jornalista discorre sobre a Assembléia Mundial de Saúde das Nações Unidas, ocorrida em 1991. Para finalizar essa parte, ela analisa e discute quais são os principais fatores que resultam na dificuldade de se eliminar a hanseníase no Brasil.

Há, no livro, uma abordagem de um caso de um paciente que, ao procurar tratamento médico, foi orientado pelo médico a ficar em frente a uma TV, pois o profissional da área da saúde acreditava que ele estava com alergia ao eletrônico. Esse caso reflete bem a falta de rapidez para se dar o diagnóstico de hanseníase, questão que a jornalista havia debatido no capítulo anterior. O caso de hanseníase desse homem só foi descoberto após uma série de medicamentos, de exames e de descaso; assim, apenas depois de um diagnóstico tardio, o doente pode começar o tratamento.

A jornalista Manuela Castro também escreve sobre como se dá o contágio da doença, bem como esclarece alguns fatores importantes para que as pessoas saibam mais sobre a hanseníase. Em tal parte de sua obra, é possível perceber que o indivíduo que se dedicar à leitura de *A Praga*, além de entender e analisar como eram os leprosários, também poderão aprender muito a respeito da patologia em foco.

A Colônia de Marituba, inaugurada em 1942 no Pará, recebe destaque especial na obra. Segundo Manuela Castro, “a Colônia de Marituba servia aos propósitos da política nacional de combate à endemia, que foi colocada em prática pelo Serviço Nacional de Leprosia, criado um ano antes” (p. 113). Nessa instituição, a exemplo de outras, existia rígido controle dos internos, os diretores mandavam e os pacientes deveriam obedecer, pois corriam risco de serem presos se cometessem algum ato

contrário às normas da Colônia. A população desse leprosário girava em torno de 2.000 pessoas. De acordo com a autora, Marituba, hoje, é uma cidade e faz parte da Grande Belém. O antigo leprosário se transformou em abrigo, no ano de 1983. Após dissertar sobre essa instituição, a jornalista divulga alguns casos de ex-pacientes do leprosário em questão.

Manuela Castro fala sobre a raridade de pessoas que podiam conviver com os internos, ressaltando que apenas alguns médicos e religiosos eram autorizados a adentrar dentro de colônias. Há, nesse capítulo, diversas fotos de leprosários que existiam no Brasil, ressaltando-se a participação religiosa dentro desses locais. Ainda, de acordo com a autora do livro, o que mais afastava as pessoas do contato com os pacientes, na maioria das vezes, nem era o controle estatal, mas sim a própria população que possuía grande temor de ser acometida pela enfermidade.

No livro, reporta-se, também, a respeito do asilo de Canafístula, no Ceará; local que abrigou pacientes de muitas cidades, inclusive da capital Fortaleza. Tais pacientes eram transportados de trem ao seu recluso destino.

Em determinado trecho, a jornalista discute sobre o preconceito que havia em torno da Lepra, citando casos e exemplos. Segundo a autora, “[e]m cada ex-colônia existem histórias de estigma e intolerância” (p. 153). “A Lepra se tornou hanseníase aqui numa tentativa de acabar com o estigma” (p. 159). Foi, no entanto, um longo caminho para que a mudança de nomenclatura ocorresse. É citado na obra que o primeiro passo foi a partir da década de 1960, quando se deu início a uma campanha em torno da doença. São descritos, no livro, todos os passos que constituíram essa campanha, destacando-se a elaboração da Lei Nº 9.010, de 29 de março de 1995, a qual adota a hanseníase no lugar de lepra, sendo essa lei bem detalhada pela autora.

Sobre a tentativa de reparação aos ex-pacientes dos leprosários, é destacado que, em 2007, durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva, uma caravana de ex-internos foi a Brasília reivindicar “o direito à indenização para os segregados compulsoriamente nos leprosários. Lula prometeu um retorno rápido. Um mês depois, ele anunciou a criação de uma lei concedendo indenização aos ex-internos” (p. 184). No livro, é possível verificar toda a Lei Nº 11.520, de 18 de setembro de 2007.

Na parte final do livro, a jornalista faz um balanço de como estão os antigos leprosários brasileiros nos dias de hoje. De acordo com ela, as colônias “enfrentam a degradação dos prédios, a ausência de assistência aos antigos moradores – em grande parte idosos que não têm para onde ir – e falta de equipamentos e medicamentos nos hospitais” (p. 260).

Pode-se concluir que o livro *A praga*, da jornalista Manuela Castro, traz um importante panorama dos leprosários brasileiros e da doença propriamente dita ao discutir sobre a patologia na atualidade e ao expor dados, leis e tratamentos que são feitos a pessoas que possuem a Hanseníase. Assim sendo, quem lê o livro é convidado a refletir sobre o tema tratado ao ser apresentado aos casos particulares de pessoas que foram entrevistadas pela jornalista, experimentando, desse modo, uma visão mais ampla a respeito da doença quando são delineadas as questões gerais e históricas envolvendo a Lepra. A leitura da obra é, portanto, altamente recomendada, uma vez que se revela de suma importância tanto para pesquisadores de diversas áreas das humanidades, quanto para as pessoas ávidas em saber mais sobre o tema apresentado.

Referências

CASTRO, Manuela. *A praga*. São Paulo: Geração Editorial, 2017.